



Financiado pela
União Europeia



Diagnóstico Igualdade de Género, 2022

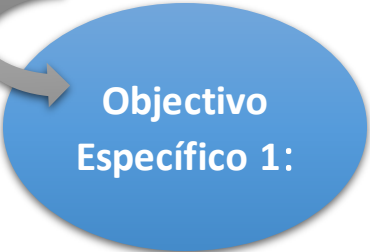
Anna Parellada Pena
Mariana Teixeira

Objectivos do Diagnóstico



Objectivo Geral

Analisar a igualdade de género em Angola, particularmente nas 6 áreas temáticas definidas como prioritárias pela Delegação da União Europeia (DUE).



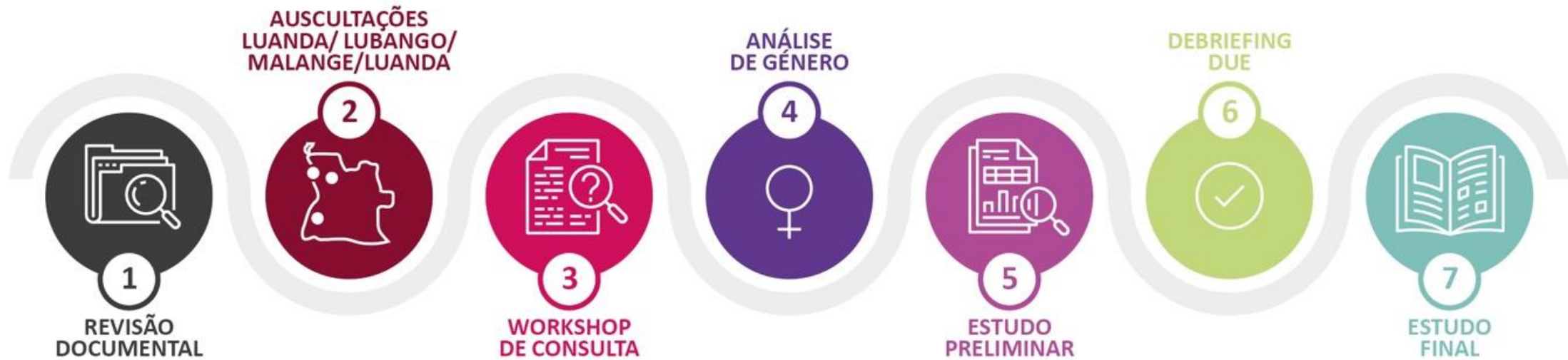
Objectivo Específico 1:

Apoiar a União Europeia, os seus Estados Membros, o Governo de Angola (GdA) e os actores de desenvolvimento nacionais e internacionais na integração das questões de género nos programas e projetos de desenvolvimento.



Objectivo Específico 2:

Fornecer uma descrição actual sobre a situação da igualdade do género em Angola, através da actualização do Diagnóstico realizado pela DUE em 2014.



Fase 1 – Revisão Documental



*EU Gender
Action Plan
(GAP) III, 2020*

Agenda 2030

Diagnóstico de
Género de
Angola, 2014

Convenções
internacionais

Relatórios INE

Quadro Legal
Angolano

Fase 2 – Auscultações

AUSCULTAÇÕES
LUANDA/ LUBANGO/
MALANGE/LUANDA



DADOS



POPULAÇÃO ESTIMADA

- 33086278 HABITANTES
- 16938633 MULHERES
- 16147645 HOMENS



Nº DE PROVÍNCIAS

- 18



EXTENSÃO (SUPERFÍCIE)

- 1246700 km²



PROVÍNCIAS AUSCULTADAS

- LUANDA
- HUÍLA
- MALANGE



Nº DE ENTREVISTAS REALIZADAS

- 65 ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS A DIFERENTES ACTORES E PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
- + 1 GRUPO FOCAL



WORKSHOP CONSULTA

- LUANDA:
45 PARTICIPANTES

PROJECCÕES 2022, FONTE: INE

Fase 2 – Auscultações

AUSCULTAÇÕES
LUANDA/ LUBANGO/
MALANGE/LUANDA



1) Actores do Governo/Instituições Nacionais		2) Organizações da Sociedade Civil	3) Actores de desenvolvimento
MASFAMU	MINEA	AAEA	FAO
MEP	MESCTI	Rede Mulher	PNUD
MAT	MCTA	FMJ	Instituto Camões – FRESAN
MAPTESS	FAS	MOSAIKO	Banco Mundial
MININT	AIA	ANASO	UNICEF
MINTRANS	MINTTICS	AJOMA	PIN
MED	CNAS	AMAA	UNFPA
MINJDH	INEFOP	PMA	<i>WorldVision</i>
MINDCOM	INAPEM	ADRA	FNUAP
Grupo de Mulheres Parlamentares	INE	ADESPOV	UNAID
INAC	CICA		USAID

Fase 2 – Auscultações

AUSCULTAÇÕES
LUANDA/ LUBANGO/
MALANGE/LUANDA



Fase 3 – *Workshop* de Consulta



O *Workshop* teve como **objectivo auscultar os participantes** sobre os temas de enfoque do “Diagnóstico sobre Igualdade de Género” e, **validar as conclusões preliminares** das auscultações realizadas nas províncias da Huila, Malanje e Luanda.



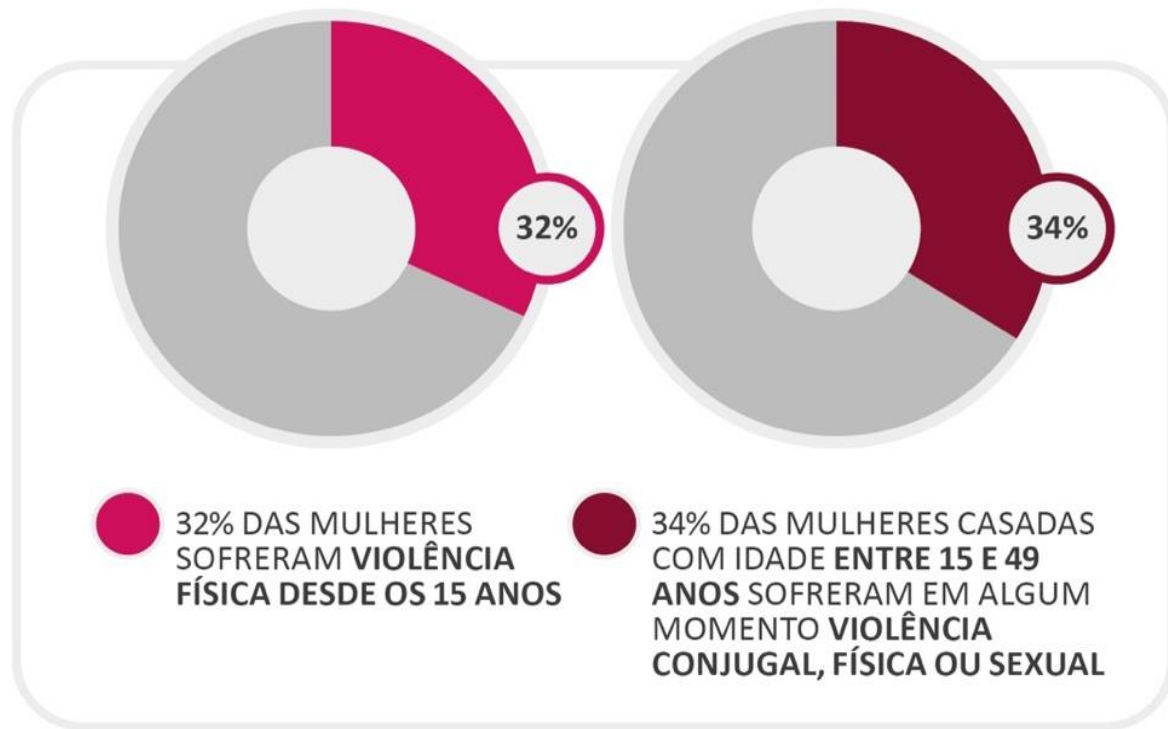
Fase 4 – Análise de Género



1. Violência baseada no género
2. Saúde e direitos sexuais e reprodutivos
3. Empoderamento económico e social das mulheres
4. Participação e liderança das mulheres
5. Mulheres, Paz e Segurança
6. Desafios e possibilidades da transição verde e da transformação digital

Fase 4 – Análise de Género

A1: Violência Baseada no Género (VBG)



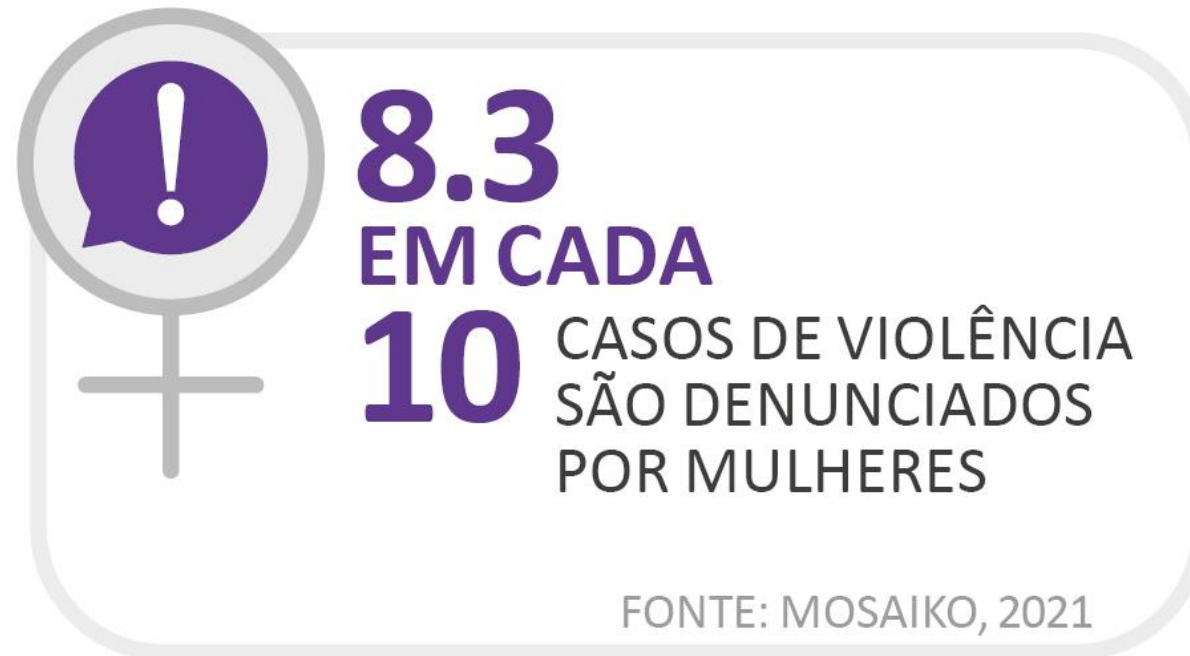
Aceitação Social da VBG

“maioria dos homens confirma que bater na sua mulher é aceitável, por razões várias, nomeadamente ciúmes, questionar o homem nas decisões, ou falar com um vizinho”

(MOSAICO & FEC, 2021)

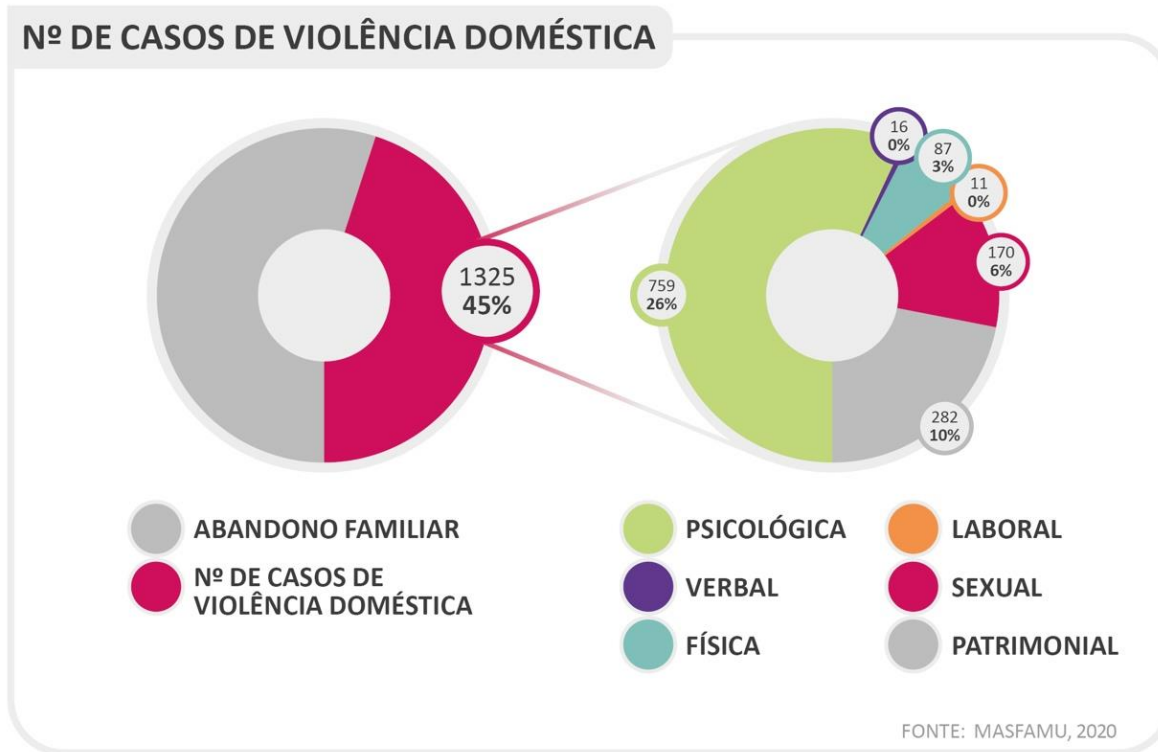
Fase 4 – Análise de Género

A1: Violência Baseada no Género



Fase 4 – Análise de Género

A1: Violência Baseada no Género



Barreiras:

- Pouca operacionalização das medidas de protecção das vítimas;
- Medo das represálias dos parceiros;
- A linha SOS Violência Doméstica está inoperativa;
- Pouca capacidade das 11 Casas de Abrigo.

Fase 4 – Análise de Género

A1: Violência Baseada no Género

Práticas Nefastas

22% das mulheres angolanas de 15-49 anos encontram-se em uniões poligâmicas (IIMS 2015 – 2016)

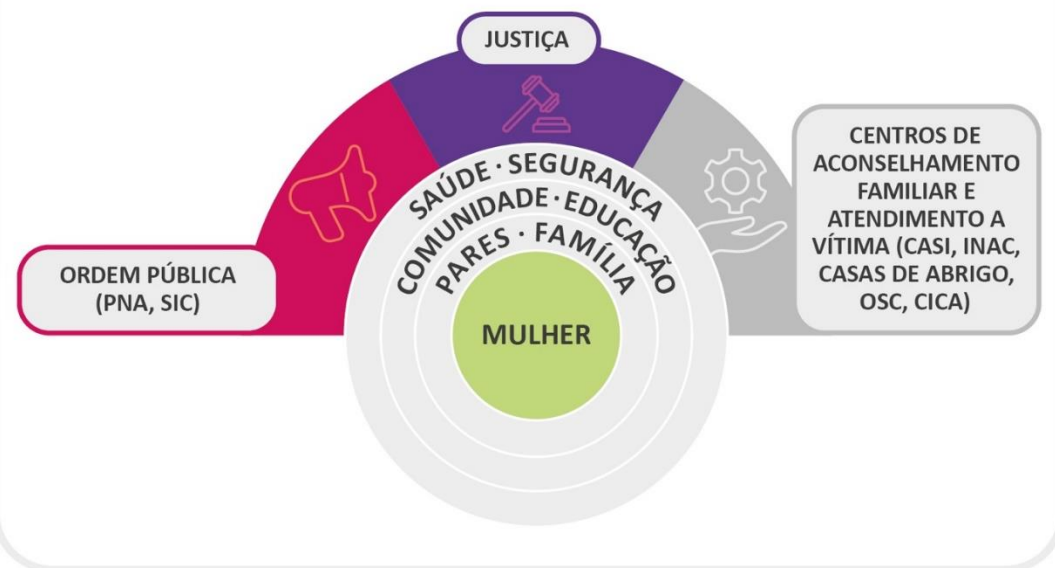


Prioritário agilizar a revisão, que está a ser levada a cabo pelo Ministério da Justiça e Direitos Humanos, das disposições das leis costumeiras que são incompatíveis com os direitos humanos, para facilitar aos actores do sistema judicial a aplicação da lei, assim como promover investigações policiais das práticas nefastas.

Fase 4 – Análise de Género

A1: Violência Baseada no Género

ECOMAPA DO SISTEMA ANGOLANO DE PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

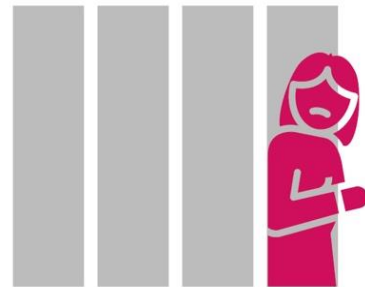


Capacitação em questões de género, e em mecanismos de referenciação (fluxogramas, protocolos) aos actores policiais (Esquadras de polícia, Ministério do Interior (MININT)), judiciais e processuais, prestadores de serviços (saúde, casas de abrigo), assim como às Organizações da Sociedade Civil (OSC) e redes que apoiam vítimas de violência a diferentes níveis (INAC, CAJ-centro de aconselhamento jurídico, CICA).

Fase 4 – Análise de Género

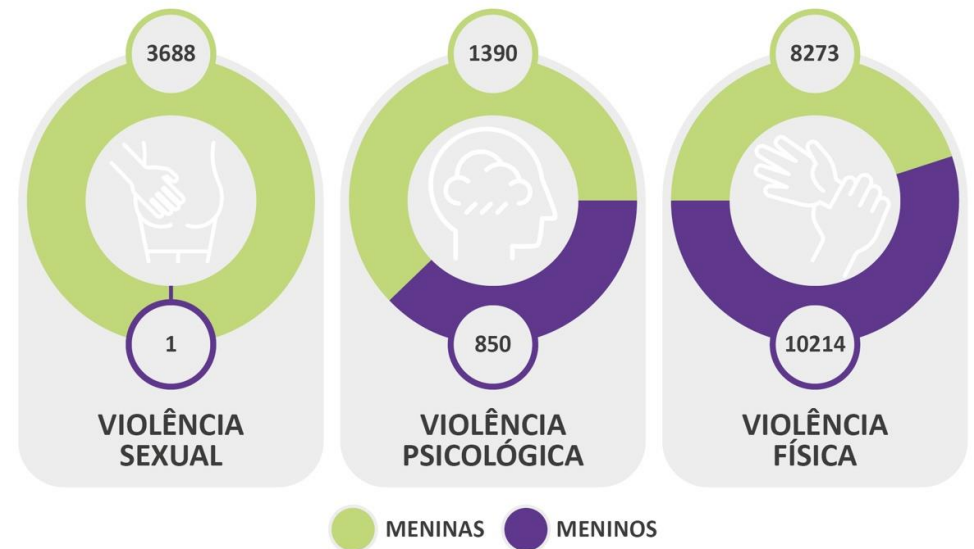
A1: Violência baseada no Género

FACTOS SOBRE MENINAS ADOLESCENTES EM ANGOLA



FONTE: IIMS, 2015 - 2016

MENINAS E VIOLÊNCIA SEXUAL, PSICOLÓGICA E FÍSICA



FONTE: INAC, 2020

Fase 4 – Análise de Género

A1: Violência baseada no Género



Fase 4 – Análise de Género

A2: Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos

FACTORES QUE COMPROMETEM A PROCURA DE SERVIÇOS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

FILHOS

6.2
FILHOS POR
MULHER



5.3

FILHOS POR MULHER
EM ÁREAS URBANAS



8.2

FILHOS POR MULHER
EM ÁREAS RURAIS

FONTE: IIMS, 2015 - 2016



Falta de centros de saúde com espaços só para mulher e jovens, onde estas podem receber informação e aconselhamento livre de estigmas e tabus, por profissionais qualificados, sobre o seu corpo, SSR, planeamento familiar e igualdade de género.

Fase 4 – Análise de Género

A2: Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos

FACTOS SOBRE A SAÚDE MATERNA EM ANGOLA



35%

DAS MULHERES
DOS 15-19 ANOS **JÁ
INICIARAM A VIDA
REPRODUTIVA**



29%

DAS MULHERES
DOS 15-19 ANOS
**JÁ TIVERAM UMA
CRIANÇA**



50%

DOS PARTOS SÃO
ASSISTIDOS POR UM
**PROFISSIONAL DE
SAÚDE QUALIFICADO**

FONTE: IIMS, 2015 - 2016

16% das mortes de mulheres ocorrem durante o parto, sendo a gravidez na adolescência uma importante contribuição para este valor.

As principais causas directas de mortalidade relacionada com a gravidez são hemorragia pós-parto, pré-eclâmpsia/eclâmpsia, infecções puerperais, ruptura uterina e aborto inseguro.



Fase 4 – Análise de Género

A2: Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos

IMPACTO DO COVID-19 NA SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DE PLANEAMENTO FAMILIAR



FONTE: MINSA, 2021

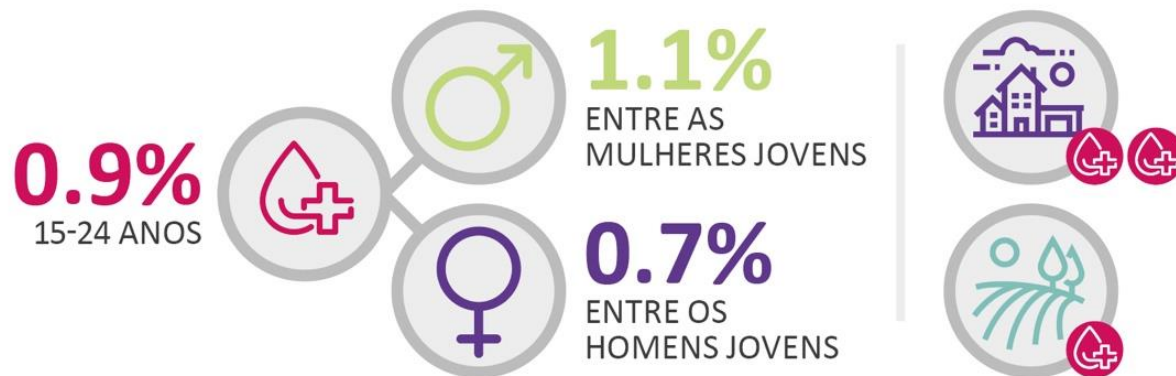
"Há muito pouco trabalho em relação ao planeamento familiar, a maior parte das jovens em Angola na idade dos 20 anos já têm 5 partos feitos – é necessário implementar-se uma política de “espaçamento dos nascimentos” como necessidade para garantir a saúde da mãe e da criança.”

(Entrevista – Luanda)

Fase 4 – Análise de Género

A2: Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos

PREVALÊNCIA DO VIH ENTRE OS JOVENS ANGOLANOS



A proporção de jovens com VIH é **duas vezes maior nas áreas urbanas do que nas áreas rurais** (1.1% vs. 0.5%).

Essa diferença é **especialmente pronunciada entre as mulheres jovens** (1.4% das mulheres jovens nas áreas urbanas são seropositivas, em comparação com 0.5% das mulheres jovens nas áreas rurais).

FONTE: UNICEF, 2019

Fase 4 – Análise de Género

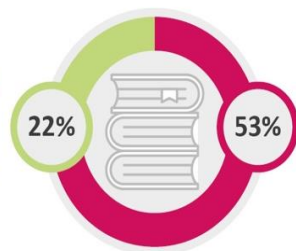
A3: Empoderamento económico e social das mulheres e raparigas

ALGUNS FACTOS



53% DAS MULHERES DOS 15 AOS 24 ANOS FREQUENTARAM O ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR

EM COMPARAÇÃO COM APENAS 22% DAS MULHERES DOS 45 AOS 49 ANOS*



ZONA URBANAS



51.9%



51.9% DAS MULHERES COM MAIS DE 15 ANOS SABEM LER E/OU ESCREVER

EM COMPARAÇÃO COM 80.9% DOS HOMENS**



25%

SEGUNDO O ÚLTIMO CENSO (2014), NAS ZONAS RURAIS A DESIGUALDADE DE GÉNERO É MAIS ELEVADA, E SÓ 25% DAS MULHERES DOS 15 AOS 49 ANOS SABEM LER OU ESCREVER.

ZONAS RURAIS

*FONTE: IIMS, 2015-2016 **FONTE: INE - CENSO, 2014

Fase 4 – Análise de Género

A3: Empoderamento económico e social das mulheres e raparigas



A desigualdade aumenta a partir dos 12 anos

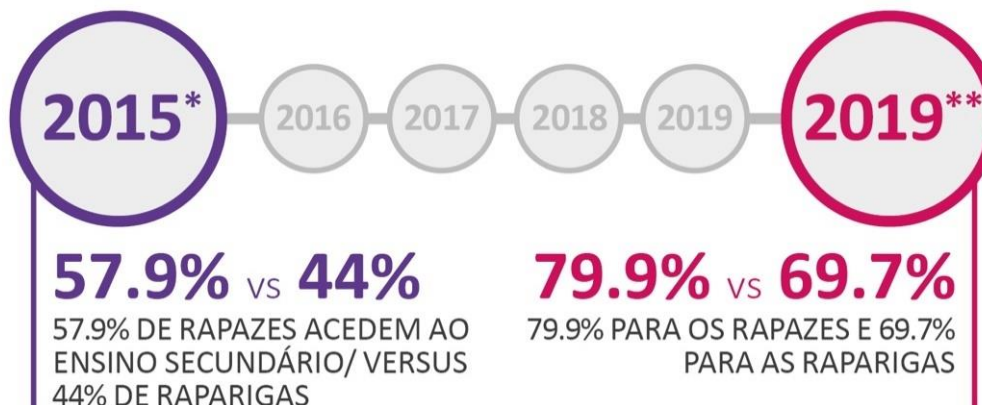


“mais homens que mulheres conseguiram concluir os 12 anos de escolaridade, no período regulamentar, e ainda menos mulheres estudaram mais de 12 anos de escolaridade” (MOSAICO, 2021).

Fase 4 – Análise de Género

A3: Empoderamento económico e social das mulheres e raparigas

FACTOS SOBRE AS RAPARIGAS NO ENSINO SECUNDÁRIO



O índice de desigualdade de género no ciclo secundário é 0.85 indicando que **com o avançar dos ciclos os dados começam a revelar maiores disparidades de género.**

*FONTE: IIMS, 2015 - 2016 **FONTE: IDREA, 2018

Fase 4 – Análise de Género

A3: Empoderamento económico e social das mulheres e raparigas

MATRICULADOS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR



*FONTE: GEPE - MESCTI, ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2019

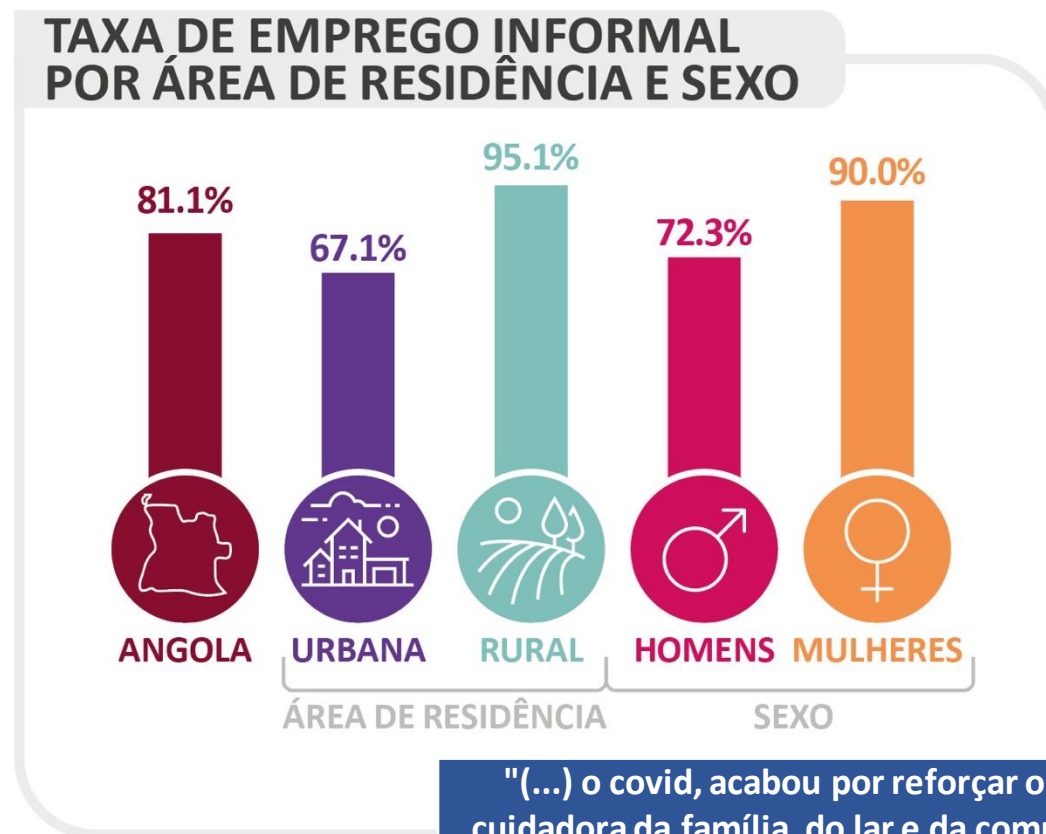
MATRICULADOS EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS



*FONTE: GEPE - MESCTI, ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2019

Fase 4 – Análise de Género

A3: Empoderamento económico e social das mulheres e raparigas



"(...) o covid, acabou por reforçar o papel da mulher como cuidadora da família, do lar e da comunidade, impedindo-a de realizar a sua actividade de sustento (venda de produtos de forma ambulante)." (Entrevista – Huíla)

Fase 4 – Análise de Género

A4: Participação e liderança das mulheres

MULHERES EM SECTORES CHAVE*



*FONTE: VNR

MULHERES NO GOVERNO LOCAL



NOS GOVERNOS
PROVINCIAIS,
AS MULHERES
REPRESENTAM
CERCA DE 12%



OU SEJA, DOS 18
GOVERNADORES,
APENAS 2 SÃO
MULHERES

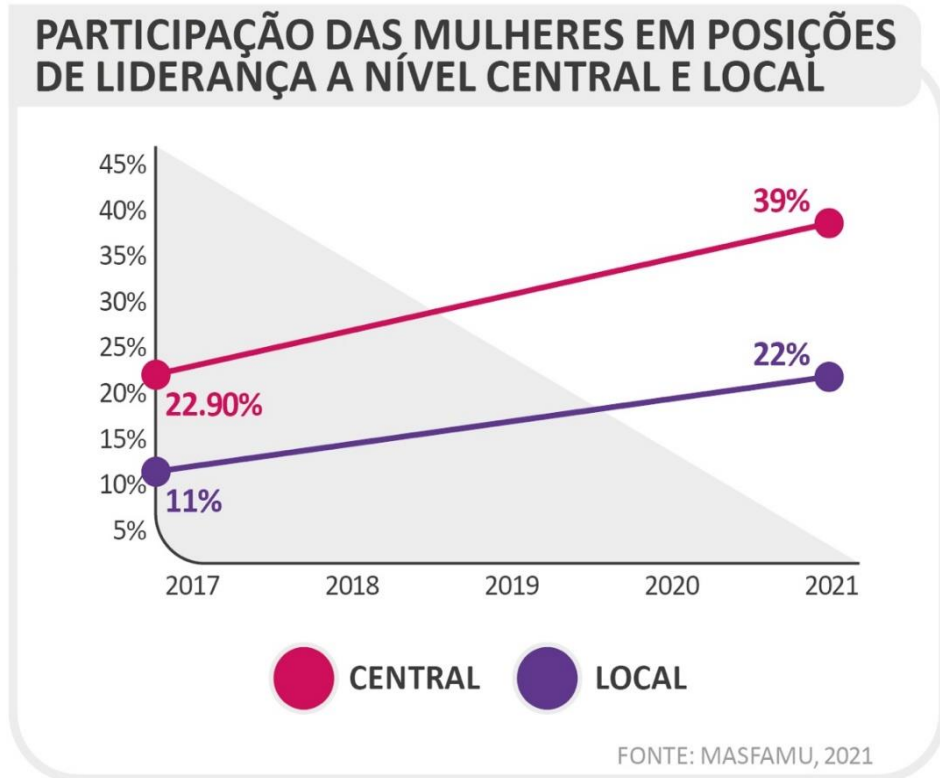
13 DOS 24 VICE-GOVERNADORES SÃO MULHERES



FONTE: IDREA, 2018

Fase 4 – Análise de Género

A4: Participação e liderança das mulheres



A cultura patriarcal leva a maioria das mulheres a encontrar dificuldades em alcançar cargos de gestão/chefia/liderança

Fase 4 – Análise de Género

A4: Participação e liderança das mulheres

MULHERES EM POSIÇÕES DE LIDERANÇA NO EXECUTIVO CENTRAL, PROVINCIAL E MUNICIPAL



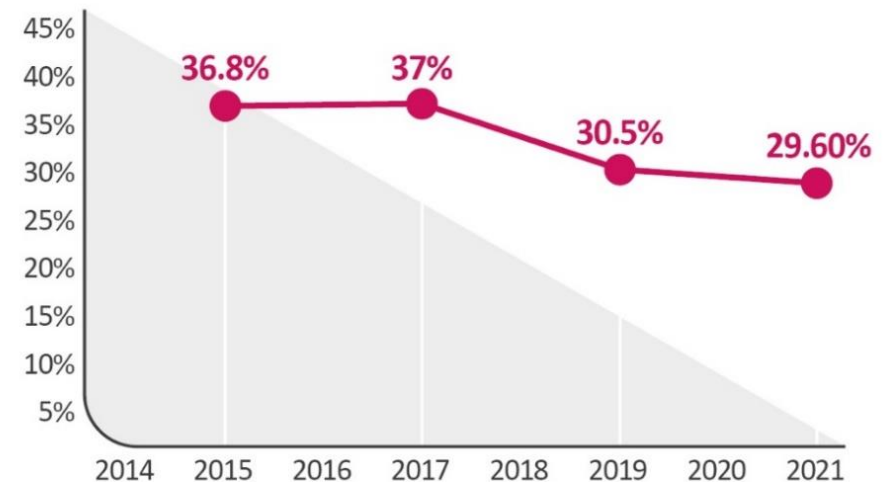
AS MULHERES REPRESENTAM 39% NO GOVERNO CENTRAL

ACTUALMENTE, A REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS DIFERENTES SECTORES APRESENTA-SE DA SEGUINTE FORMA:



FONTE: GOVERNO DE ANGOLA - RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO 2021

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PARLAMENTO



FONTE: MASFAMU, 2021

Fase 4 – Análise de Género

A5: Mulheres, Paz e Segurança

- Embora o conflito armado tenha um impacto desproporcional sobre as mulheres, estas costumam estar excluídas dos processos de paz.
- Para proteger os direitos das mulheres em conflito, durante a construção de paz, assim como em contextos de insegurança, a 31 de Outubro de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), aprovou por unanimidade a Resolução 1325, sobre Mulheres, Paz e Segurança.
- A Resolução do CSNU 1325, sobre Mulheres, Paz e Segurança, reafirmou a importância da promoção da igualdade de género em todas as fases dos processos de construção da paz e da promoção da segurança.
- **Plano Nacional de Acção** para a Implementação desta resolução foi aprovado em **2017**, através do Decreto Presidencial n.º 143/17, de 26 de Junho.

Fase 4 – Análise de Género

A5: Mulheres, Paz e Segurança

Objetivos gerais Plano Nacional de Acção 1325

- Aumentar a participação das mulheres e integrar a dimensão de igualdade de género em todas as fases dos processos de construção da paz, incluindo em todos os níveis de decisão e reformas no sector de segurança.
- Aprofundar e difundir o conhecimento sobre a temática Mulheres, Paz e Segurança incluindo a formação e sensibilização nos Departamentos Ministeriais, Sociedade Civil e Órgãos Decisores, incluindo Forças de Segurança e Forças Armadas.

Fase 4 – Análise de Género

A5: Mulheres, Paz e Segurança

Resultados alcançados até 2020

- Aumento de 15,1% de Mulheres no quadro do pessoal da Polícia Nacional/Ministério do Interior.
- Até 2020, o MININT passou a ter 25.384 mulheres, sendo 21 na Classe dos Generais, 353 Oficiais Superiores, 2.553 Subalternas, 3.881 Subchefes e 9.000 Agentes.

Fonte: Relatório Sobre o Grau De Implementação do Plano Nacional De Acção Da Resolução 1325 – Angola 2017-2019 – MASFAMU, 2020

Fase 4 – Análise de Género

A5: Mulheres, Paz e Segurança

Mulheres, Paz e Segurança

Actualmente, o MASFAMU está a rever o Plano de Acção Nacional para a Implementação da Resolução 1325, sobre Mulheres, Paz e Segurança e, entre as prioridades, figura a inclusão de novos parceiros, inclusive o **Instituto de Defesa Nacional**, assim como aumentar a **participação de sociedade civil**. O envolvimento da sociedade civil no processo é fundamental.

Fase 4 – Análise de Género

A6: Desafios e possibilidades da transição verde e da transformação digital

Desafio de género
1: Acesso a
estudos Ciências,
Tecnologia,
Engenharia e
Matemática
(CTEM)

- ✓ Os empregos verdes e negócios sustentáveis serão os motores do crescimento futuro.
- ✓ A exclusão das mulheres nestas disciplinas, particularmente nas áreas CTEM, só reforça as desigualdades económicas e sociais já existentes.

FUNDAMENTAL

Aumentar a representação de mulheres nas áreas CTEM, para permitir a igualdade no acesso a empregos verdes

Fase 4 – Análise de Género

A6: Desafios e possibilidades da transição verde e da transformação digital

Desafio de
género 2:
Acesso a
recursos
naturais e
mecanismos de
acção

- ✓ Fortalecer acções de sensibilização para combater a desigualdade de género e promover o estatuto das mulheres nas comunidades.
- ✓ Cabe às instituições governamentais e à sociedade civil, através dos grupos que intervêm nas zonas peri-urbanas e rurais, serem os porta-vozes da Lei de Terras, que trata a mulher e homem de igual modo no seu direito à terra.

ESSENCIAL

Fase 4 – Análise de Género

A6: Desafios e possibilidades da transição verde e da transformação digital

Desafio de género 3: Falta de processos de governança verde, sensíveis ao género

- ✓ O primeiro passo para uma economia verde e uma transformação digital inclui a definição de políticas nacionais com metas claras para reforçar as capacidades em matéria de novas tecnologias e apoiar a transição ecológica.

INDISPENSÁVEL

Integrar as necessidades de género nas políticas ambientais

Recomendações Finais

- **Fortalecer mecanismos de coordenação** entre os actores que lidam com a igualdade de género a nível institucional, particularmente através da revisão de competências dos Pontos Focais de género.
- **Advogar pela aprovação do Plano de Acção da Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNIEG)**. O Plano de Acção (pendente de aprovação) é fundamental para a implementação e monitorização da PNIEG, assim como para identificar um orçamento adequado e detalhado que assegure a sua implementação.

Recomendações Finais

- Promover a capacitação dos órgãos do **Sistema Orçamental em "orçamento sensível ao género"**, assim como adoptar ferramentas, tais como marcadores de género, que permitam monitorar o progresso.
- Apoiar o MASFAMU e o Instituto Nacional de Estatística na criação do **Observatório de Género**.



**Recomendações na
promoção da
igualdade de género
nas 6 áreas prioritárias**

Área Prioritária 1: Violência Baseada no Género

- Rever a Lei contra a Violência Doméstica, para que seja harmonizada de acordo com os padrões internacionais e o novo Código Penal e, em particular, com o Capítulo “Violência contra a Família”. Assim como incluir grupos vulneráveis como a comunidade LGBTIQ+.
- Acelerar o processo de descentralização dos Tribunais e a criação de Centros de Resolução de Litígios Extrajudiciais em todo o país, a fim de assegurar o acesso à justiça, especialmente as vítimas de violência baseada no género.
- Apoiar campanhas de sensibilização e campanhas contra a VBG.
- Promover formação em igualdade de género e VBG a todos os actores envolvidos no "Plano Executivo de Combate à Violência Doméstica", assim como aos membros da "Comissão Multisectorial para a Implementação do Plano".

Área Prioritária 1: Violência Baseada no Género

- Apoiar o MASFAMU na implementação das actividades identificadas no "Plano Executivo de Combate à Violência Doméstica", particularmente no que respeita às casas de abrigo e à linha SOS.
- Fortalecer mecanismos de coordenação, incluindo fluxogramas integrados entre saúde, segurança e ordem pública, justiça, centros de aconselhamento familiar e atendimento as vítimas (CASI, INAC e casas de abrigo).
- Capacitar em questões de género e em mecanismos de referenciação (fluxogramas, protocolos) os actores policiais (Esquadras de polícia, MININT), judiciais e processuais, MINJDH, prestadores de serviços (saúde, casas de abrigo). Assim como as OSC e redes que apoiam vítimas de violência a diferentes níveis (INAC, CAJ-centro de aconselhamento jurídico, Conselheiros familiares, CICA).

Área Prioritária 2: Saúde e direitos sexuais reprodutivos

- Sensibilizar sobre os efeitos negativos das normas sociais ou culturais que incidem na capacidade das mulheres e meninas de dispor livremente do seu corpo.
- Melhorar a coordenação e a segurança contraceptiva, através do apoio ao “Grupo Técnico de Saúde Sexual e Reprodutiva” e ao “Comité de Coordenação Interagência de Saúde Reprodutiva e Segurança Contraceptiva” criado pelo MINSA e composto por “órgãos do Governo, parceiros nacionais e internacionais, ONG e sector privado envolvidos na Saúde Sexual e Reprodutiva”.
- Apoiar a revisão da Lei de Saúde Reprodutiva, assim como a Estratégia Nacional de Planeamento Familiar, através da implementação de medidas do MINSA para incrementar o acesso ao planeamento familiar e retenção do mesmo.

Área Prioritária 2: Saúde e direitos sexuais reprodutivos

- Apoiar programas do Instituto Nacional Luta contra SIDA ao nível das competências clínicas e sensibilização para a provisão de serviços de saúde à comunidade LGBTIQ+ e "populações-chave".
- Apoiar a revisão da Lei sobre VIH/SIDA, para expandir as capacidades de resposta à comunidade LGBTIQ+ e às "populações-chave", conforme a legislação modelo da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral).
- Introduzir um currículo obrigatório e apropriado à idade sobre saúde, direitos sexuais e reprodutivos em todos os níveis educacionais, assegurando que este é oferecido como um assunto inócuo por instrutores adequadamente treinados para este tipo de matérias.

Área Prioritária 3: Empoderamento Económico e Social

- Adotar uma política de emprego sensível ao género e com recursos adequados, que inclua medidas especiais temporárias, de acordo com a CEDAW e os ODS, com incentivos para empregadores dos sectores público e privado que recrutem mulheres em áreas com predominância masculina. Ou a intensificação da formação técnica e profissional das mulheres nesses domínios.
- Promover e encorajar as mulheres e meninas a escolher áreas não tradicionais de educação, particularmente em áreas tradicionalmente dominadas por homens, como Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática e garantir o seu acesso à educação e formação técnica e profissional.
- É imprescindível, a nível comunitário, aumentar a representatividade das mulheres nos Comités Comunitários.

Área Prioritária 3: Empoderamento Económico e Social

- Promover projectos que visem o aumento do acesso das mulheres aos recursos produtivos, à tomada de decisão e a uma maior inclusão financeira, inclusive formações em introdução financeira.
- Identificar infra-estruturas escolares (inventário) e adequação das mesmas para que tenham instalações sanitárias com saneamento básico disponível para rapazes e raparigas.
- Aumentar redes de transporte públicas sobretudo nas zonas rurais e peri-urbanas para apoiar o transporte escola – casa.

Área Prioritária 4 e 5:

Participação e liderança/Mulheres, paz e segurança

- Fortalecer as capacidades de participação e de liderança das mulheres nos foros comunitários, como os CAC, ou os Comités Comunitários de gestão de Água.
- Apoiar a revisão da Lei n.º 22/10 com vista a incluir novas medidas especiais temporárias que promovam a participação e representação de mulheres no Parlamento, assim como nas estruturas institucionais, promovendo quotas de 30%.
- Criar acções de formação sobre gestão e educação financeira para associações, cooperativas e grupos da sociedade civil, com enfoque na mulher rural.
- Apoiar o MASFAMU na revisão do Plano de Acção Nacional para a Implementação da Resolução 1325, sobre Mulheres, Paz e Segurança. Potenciar a inclusão de novos parceiros no Plano de Acção Nacional para a Implementação da Resolução 1325, sobre Mulheres, Paz e Segurança, inclusive o Instituto de Defesa Nacional, assim como aumentar a participação de sociedade civil.

Área Prioritária 6: Desafios e possibilidades da transição verde e da transformação digital

- Estabelecer quotas de género que ajudem a impulsionar a participação de mulheres nas áreas CTEM e a reduzir a discriminação de género, no que toca à participação feminina na economia verde como parte da transição para a sustentabilidade.
- Implementar projectos que promovam a inclusão, participação e liderança das mulheres nos mecanismos de acção e de tomada de decisão relativos a recursos naturais.

Área Prioritária 6: Desafios e possibilidades da transição verde e da transformação digital

- Promover a participação e liderança das mulheres nos processos de transição para economias verdes, azuis, circulares, alternativas e sustentáveis. Esta questão é importante não só para promover um maior acesso a investimentos económicos/financeiros, mas também a tecnologias de informação e comunicação.
- Fomentar uma economia digital eficiente, protagonizada pelos princípios de inclusão e inovação.

Obrigada!

Anna Parellada Pena

Mariana Teixeira

